



newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO / 2013

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Janeiro de 2013	2
Diplomas Relativos ao Crédito à Habitação	3
Revisores e Auditores	12

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Ministérios das Finanças, da Justiça e da Economia e do Emprego - Portaria n.º 2/2013, de 2 de Janeiro - Estabelece o regime e o procedimento aplicáveis ao reconhecimento das entidades que integram a rede extrajudicial de apoio a clientes bancários, a que se refere o Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de Outubro.

Ministério das Finanças - Despacho n.º 66-A/2013, de 2 de Janeiro - Constituição de uma Comissão para a Reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – 2013.

Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social - Despacho Normativo n.º 1-A/2013, de 10 de Janeiro - Despacho Normativo que prova a entrega das declarações de remunerações à Segurança Social e à Autoridade Tributária e Aduaneira.

Presidência do Conselho de Ministros - Despacho n.º 684/2013, de 11 de Janeiro - Prorroga por seis meses o prazo previsto no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho, que aprova a Lei-Quadro das Fundações e altera o Código Civil.

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Decretos-Lei n.º 12/2013 e 13/2013, ambos de 25 de Janeiro – O primeiro estabelece o regime jurídico de protecção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes com actividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas. O segundo altera os regimes jurídicos de protecção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e complemento por cônjuge a cargo, do sistema de segurança social.

Assembleia da República - Lei n.º 11/2013, de 28 de Janeiro - Estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013.

2/12

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

DIPLOMAS RELATIVOS AO CRÉDITO À HABITAÇÃO

Enquadramento

Na Newsletter n.º 71 analisámos a Lei n.º 58/2012, de 9 de Novembro, da Assembleia da República, que cria um regime extraordinário de protecção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.

Neste artigo analisaremos o Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de Outubro, do Ministério da Economia e do Emprego, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2013, e que estabelece os princípios e as regras a observar pelas instituições de crédito na prevenção e na regularização das situações de incumprimento de contratos de crédito celebrados com clientes bancários particulares.



O referido diploma legal prevê que as instituições de crédito criem um Plano de Acção para o Risco de Incumprimento (PARI), fixando procedimentos e medidas para a prevenção do incumprimento de contratos de crédito, e estabelece um Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI), que visa promover a negociação, entre instituição de crédito e cliente bancário, de soluções extrajudiciais para as situações de incumprimento.

Analisaremos ainda o Aviso n.º 17/2012, do Banco de Portugal, publicado em 17 de Dezembro, que estabelece os deveres a observar pelas instituições de crédito no âmbito da prevenção e da regularização extrajudicial de situações de incumprimento de contratos de crédito, regulamentando o disposto no Decreto-Lei n.º 227/2012, e o entendimento da autoridade de supervisão sobre a articulação de procedimentos entre o PERSI e o regime extraordinário de regularização do incumprimento.

Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de Outubro

CAPÍTULO I – Disposições gerais

Objecto (artigo 1.º)

O presente diploma estabelece os princípios e as regras a observar pelas instituições de crédito: (a) no acompanhamento e gestão de situações de risco de incumprimento; e (b) na regularização extrajudicial das situações de incumprimento das obrigações de reembolso do

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

capital ou de pagamento de juros remuneratórios por parte dos clientes bancários, respeitantes aos contratos de crédito referidos no n.º 1 do artigo 2.º.

O presente diploma estabelece ainda a criação de uma rede de apoio a clientes bancários no âmbito da prevenção do incumprimento e da regularização extrajudicial das situações de incumprimento de contratos de crédito.

Âmbito (artigo 2.º, n.º 1)

O disposto neste diploma aplica-se aos seguintes contratos de crédito celebrados com clientes bancários: (a) contratos de crédito para a aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento, bem como para a aquisição de terrenos para construção de habitação própria; (b) contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre bem imóvel; (c) contratos de crédito a consumidores abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72 -A/2010, de 18 de Junho, com excepção dos contratos de locação de bens móveis de consumo duradouro que prevejam o direito ou a obrigação de compra da coisa locada, seja no próprio contrato, seja em documento autónomo; (d) contratos de crédito ao consumo celebrados ao abrigo do disposto no Decreto -Lei n.º 359/91, de 21 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis nºs 101/2000, de 2 de Junho, e 82/2006, de 3 de Maio, com excepção dos contratos em que uma das partes se obriga, contra retribuição, a conceder à outra o gozo temporário de uma coisa móvel de consumo duradouro e em que se preveja o direito do locatário a adquirir a coisa locada, num prazo convencionado, eventualmente mediante o pagamento de um preço determinado ou determinável nos termos do próprio contrato; e (e) contratos de crédito sob a forma de facilidades de descoberto que estabeleçam a obrigação de reembolso do crédito no prazo de um mês.

Divulgação de informação sobre o incumprimento de contratos de crédito (artigo 7.º, n.º 1)



As instituições de crédito estão obrigadas a disponibilizar, designadamente em sede pré-contratual, aos clientes bancários e aos demais interessados, informação sobre os riscos do endividamento excessivo e as consequências do incumprimento de contratos de crédito, bem como sobre os procedimentos implementados para a regularização das situações de incumprimento em resultado da aplicação das regras previstas no presente diploma.

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

De acordo com o n.º 2, do artigo 3.º, do Aviso n.º 17/2012, as instituições de crédito, através dos seus balcões, devem disponibilizar aos clientes bancários, sempre que estes o solicitem, um documento informativo, em papel, que contenha a informação prevista no Anexo I do Aviso (esclarecimentos sobre riscos do endividamento excessivo, risco de incumprimento, PERSI, rede de apoio ao cliente bancário).

Proibição de cobrança de comissões (artigo 8.º)

Às instituições de crédito está vedada a cobrança de comissões pela renegociação das condições do contrato de crédito no âmbito do presente diploma, designadamente no que respeita à análise e à formalização dessa operação.

O disposto no parágrafo anterior não impede a cobrança ao cliente bancário, mediante a apresentação da respectiva justificação documental, das despesas¹ tal como definidas na alínea d) do artigo 3.º.

A proibição da cobrança de comissões não impede o aumento do spread.



CAPÍTULO II – Gestão do risco de incumprimento

Dever de acompanhamento da execução dos contratos de crédito (artigo 9.º)

Sem prejuízo da adopção de outros actos e procedimentos adequados ao acompanhamento permanente e sistemático da execução dos contratos de crédito, as instituições de crédito estão obrigadas a, entre outros, implementar sistemas informáticos que possibilitem a identificação oportuna da ocorrência de factos que indiciem a degradação da capacidade financeira do cliente bancário para cumprir, emitindo os correspondentes alertas.

Para efeitos do presente diploma, consideram-se, designadamente, indícios de degradação da capacidade financeira do cliente bancário para cumprir a existência de incumprimentos registados na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, a devolução e inibição do uso de cheques e correspondente inserção na lista de utilizadores de cheque que oferecem risco, a existência de dívidas fiscais e à segurança social, a sua insolvência, a

¹ São consideradas despesas os encargos suportados pelas instituições de crédito perante terceiros e que as instituições de crédito possam legitimamente repercutir nos clientes bancários, tais como pagamentos a conservatórias, cartórios notariais ou encargos de natureza fiscal.

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

existência de processos judiciais e de situações litigiosas, a penhora de contas bancárias, bem como a verificação de incumprimentos noutros contratos celebrados com a instituição de crédito.

Avaliação e apresentação de propostas (artigo 10.º)



Quando verifique que o cliente bancário dispõe de capacidade financeira para cumprir as obrigações decorrentes do contrato de crédito, nomeadamente através da renegociação das condições do contrato ou da sua consolidação com outros contratos de crédito, a instituição de crédito apresenta-lhe uma ou mais propostas que se revelem adequadas à sua situação financeira, objectivos e necessidades.

As propostas são apresentadas ao cliente bancário através de comunicação em suporte duradouro², estando as instituições de crédito obrigadas a observar os deveres de informação previstos na legislação e regulamentação específicas.

Alguns dos critérios/factores de avaliação da capacidade financeira do cliente bancário, constam do artigo 5.º, do Aviso n.º 17/2012, do Banco de Portugal.

Plano de acção para o risco de incumprimento (PARI) (artigo 11.º)

As instituições de crédito estão obrigadas a elaborar e a implementar um Plano de Acção para o Risco de Incumprimento, que descreva detalhadamente os procedimentos e as medidas adoptados para o acompanhamento da execução dos contratos de crédito e a gestão de situações de risco de incumprimento, de acordo com as especificações referidas no n.º 2 do artigo.

² Por “suporte duradouro” entenda-se qualquer instrumento que permita armazenar informações durante um período de tempo adequado aos fins a que as informações se destinam e que possibilite a reprodução integral e inalterada das informações armazenadas.

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

CAPÍTULO III – Regularização das situações de incumprimento

Procedimento extrajudicial de regularização de situações de incumprimento (PERSI) (artigo 12.º)

As instituições de crédito promovem as diligências necessárias à implementação do PERSI relativamente a clientes bancários que se encontrem em mora no cumprimento de obrigações decorrentes de contratos de crédito.

Contactos preliminares (artigo 13.º)

No prazo máximo de 15 dias após o vencimento da obrigação em mora, a instituição de crédito informa o cliente bancário do atraso no cumprimento e dos montantes em dívida e, bem assim, desenvolve diligências no sentido de apurar as razões subjacentes ao incumprimento registado.

Fase inicial (artigo 14.º)

Mantendo-se o incumprimento das obrigações decorrentes do contrato de crédito, o cliente bancário é obrigatoriamente integrado no PERSI entre o 31.º dia e o 60.º dia subsequentes à data de vencimento da obrigação em causa.



Sem prejuízo do disposto no número anterior, a instituição de crédito está obrigada a iniciar o PERSI sempre que: (a) o cliente bancário se encontre em mora relativamente ao cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de crédito e solicite, através de comunicação em suporte duradouro, a sua integração no PERSI, considerando-se, para todos os efeitos, que essa integração ocorre na data em que a instituição de crédito recebe a referida comunicação; (b) o cliente bancário, que alertou para o risco de incumprimento das obrigações decorrentes do contrato de crédito, entre em mora, devendo, para todos os efeitos, considerar-se que a integração desse cliente no PERSI ocorre na data do referido incumprimento.

No prazo máximo de cinco dias após a ocorrência dos eventos previstos no presente artigo, a instituição de crédito deve informar o cliente bancário da sua integração no PERSI, através de comunicação em suporte duradouro.

Os elementos informativos que devem acompanhar a comunicação referida no parágrafo anterior, estão definidos pelo Banco de Portugal, no n.º 1, artigo 7.º, do Aviso n.º 17/2012.

7/12

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

Em complemento à informação prevista no n.º 1, as instituições de crédito devem fazer acompanhar a referida comunicação de documento informativo elaborado em conformidade com o modelo constante do Anexo II do Aviso n.º 17/2012.

Fase de avaliação e proposta (artigo 15.º)



A instituição de crédito desenvolve as diligências necessárias para apurar se o incumprimento das obrigações decorrentes do contrato de crédito se deve a circunstâncias pontuais e momentâneas ou se, pelo contrário, esse incumprimento reflecte a incapacidade do cliente bancário para cumprir, de forma continuada, essas obrigações nos termos previstos no contrato de crédito.

Salvo motivo atendível, o cliente bancário presta a informação e disponibiliza os documentos solicitados pela instituição de crédito no prazo máximo de 10 dias.

No prazo máximo de 30 dias após a integração do cliente bancário no PERSI, a instituição de crédito, através de comunicação em suporte duradouro, está obrigada a: (a) comunicar ao cliente bancário o resultado da avaliação desenvolvida nos termos previstos nos números anteriores, quando verifique que o mesmo não dispõe de capacidade financeira para retomar o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de crédito, nem para regularizar a situação de incumprimento, através, designadamente, da renegociação das condições do contrato ou da sua consolidação com outros contratos de crédito, sendo inviável a obtenção de um acordo no âmbito do PERSI; ou (b) apresentar ao cliente bancário uma ou mais propostas de regularização adequadas à sua situação financeira, objectivos e necessidades, quando conclua que aquele dispõe de capacidade financeira para reembolsar o capital ou para pagar os juros vencidos e vincendos do contrato de crédito através, designadamente, da renegociação das condições do contrato ou da sua consolidação com outros contratos de crédito.

Fase de negociação (artigo 16.º)

Caso o cliente bancário recuse as propostas apresentadas, a instituição de crédito, quando considere que existem outras alternativas adequadas à situação do cliente bancário, apresenta uma nova proposta.

Quando o cliente bancário proponha alterações à proposta inicial, a instituição de crédito comunica-lhe, no prazo máximo de 15 dias e em suporte duradouro, a sua aceitação ou recusa,

8/12

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

podendo igualmente apresentar uma nova proposta, observando o disposto no n.º 5 do artigo anterior.

O cliente bancário pronuncia-se sobre as propostas que lhe sejam apresentadas no prazo máximo de 15 dias após a sua receção.

Extinção do PERSI (artigo 17.º)



O PERSI extingue-se: (a) com o pagamento integral dos montantes em mora ou com a extinção, por qualquer outra causa legalmente prevista, da obrigação em causa; (b) com a obtenção de um acordo entre as partes com vista à regularização integral da situação de incumprimento; (c) no 91.º dia subsequente à data de integração do cliente bancário neste procedimento, salvo se as partes acordarem, por escrito, na respectiva prorrogação; ou (d) com a declaração de insolvência do cliente bancário.

A instituição de crédito pode, por sua iniciativa, extinguir o PERSI sempre que se verifique alguma das situações constantes das alíneas a) a g), do n.º 2.

A instituição de crédito informa o cliente bancário, através de comunicação em suporte duradouro, da extinção do PERSI, descrevendo o fundamento legal para essa extinção e as razões pelas quais considera inviável a manutenção deste procedimento.

O Banco de Portugal, através do artigo 8.º, do Aviso n.º 17/2012, define os elementos informativos que devem acompanhar a comunicação referida no parágrafo anterior.

Uma das informações que deve ser comunicada, no caso de o cliente bancário estar abrangido pelo regime extraordinário de regularização do incumprimento de contratos de crédito à habitação, deve fazer referência, quando tal decorra do referido diploma legal, ao direito do cliente bancário à aplicação de medidas substitutivas, bem como aos termos em que poderá solicitar a sua aplicação.

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

O Banco de Portugal, através da Carta-Circular n.º 93/2012/DSC³, de 28 de Dezembro, divulgou orientações com o objectivo de promover a adequada articulação entre o PERSI e o regime extraordinário de protecção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil (Lei n.º 58/2012, de 9 de Novembro), tendo em consideração que, em determinadas circunstâncias, um contrato de crédito à habitação permanente pode estar sujeito a ambos os procedimentos.



De referir ainda que as instituições de crédito não estão obrigadas a encaminhar os clientes bancários para o regime extraordinário.

CAPÍTULO IV - Rede extrajudicial de apoio a clientes bancários

Entidades que integram a rede, reconhecimento (artigo 23.º)

A rede extrajudicial de apoio a clientes bancários é constituída por pessoas colectivas, de direito público ou privado, que, preenchendo as condições constantes no presente capítulo, sejam reconhecidas pela Direcção-Geral do Consumidor, após parecer prévio do Banco de Portugal.

Regulamentação (artigo 26.º)

O regime e o procedimento aplicáveis ao reconhecimento das entidades que integram a rede extrajudicial de apoio a clientes bancários são objecto de regulamentação por portaria⁴ dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da justiça e da defesa do consumidor.

Gratuidade (artigo 28.º)

O acesso à rede extrajudicial de apoio a clientes bancários é isento de encargos para os mesmos.

³ Ver Anexos I e II, da Carta-Circular, onde são apresentados diagramas exemplificativos das situações descritas na Carta.

⁴ Ver Portaria n.º 2/2013, de 2 de Janeiro, referida na Legislação Fiscal/Legal desta Newsletter.

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

De acordo com o n.º 1, do artigo 6.º (apoio ao cliente bancário), os clientes que se encontrem em risco de incumprimento das obrigações decorrentes do contrato de crédito ou que estejam em mora relativamente ao cumprimento dessas obrigações têm o direito a obter, de forma gratuita, informação, aconselhamento e acompanhamento por parte das entidades reconhecidas para esse efeito, no âmbito da rede extrajudicial de apoio a clientes bancários.

Conclusões

O acesso a alguma informação (por exemplo, de carácter judicial) que contribua para a identificação da ocorrência de factos que indiciem a degradação da capacidade financeira do cliente bancário e a forma como estes dados serão obtidos continua a levantar dúvidas.

A existência de um conjunto alargado de diplomas, associado à linguagem utilizada, dificulta a interpretação dos mesmos pelos clientes bancários, sobretudo, aqueles que possuem menos informação e domínio destas matérias.



- Paulo Henriques -

Bibliografia:

- *Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de Outubro, do Ministério da Economia e do Emprego.*
- *Aviso n.º 17/2012, do Banco de Portugal, publicado em 17 de Dezembro.*
- *Carta-Circular n.º 93/2012/DSC, de 28 de Dezembro, do Banco de Portugal.*

ORA newsletter

Nº 73 – FEVEREIRO/2013
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS
Integridade. Independência. Competência.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente o nº 59 da sua revista trimestral (Outubro a Dezembro de 2012).

Salientamos pelo seu interesse as seguintes matérias/artigos:

- i) **Cepticismo Profissional** – O cepticismo profissional é uma atitude essencial que aumenta a capacidade do auditor para responder às condições que possam indicar uma possível distorção. Isto inclui uma avaliação crítica da prova de auditoria, a qual é necessária para o auditor tirar conclusões apropriadas. A OROC continua, neste número, a abordar um conjunto de perguntas e respostas relacionadas com o “Cepticismo Profissional”, designadamente, “Além de Fraudes, existem outros aspectos numa auditoria, onde o cepticismo pode ser realmente importante” e “Como pode a aplicação do cepticismo profissional ser evidenciado”. Recomenda-se a leitura das ISA e da ISQC 1.
- ii) **Entidades do Sector não Lucrativo** – As ESNL diferem do sector privado – não têm como objectivo o lucro, não estando assim tão expostas às diferentes forças do mercado – e, simultaneamente das instituições públicas por não se encontrarem sujeitas às mesmas políticas governamentais. O artigo tem dois objectivos fundamentais: i) analisar o Regime de Normalização Contabilística para as ESNL; e ii) abordar as especificidades, dificuldades e soluções encontradas no trabalho a uma ESNL.
- iii) **O Tratamento Contabilístico dos Contratos de Construção** – O artigo pretende abordar a evolução do normativo contabilístico nacional sobre os contratos de construção centrada nos aspectos práticos decorrentes da aplicação da NCRF 19 e as suas implicações em sede de impostos sobre o rendimento.
- iv) **Regime Jurídico e Fiscal do Agrupamento Complementar de Empresas (ACE)** - O estudo pretende dar uma imagem tão abrangente quanto possível do enquadramento jurídico e fiscal do ACE.

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.

12/12

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662